

**AUTARQUIA EDUCACIONAL DA MATA SUL - AEMASUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DOS PALMARES – FACIP  
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MULHERES NO PODER: ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS  
CARGOS DE GESTÃO PÚBLICA DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO**

Bruno Brito do Nascimento<sup>1</sup>

Estefanny Sabrinna Freitas Castilio<sup>2</sup>

Eweliny Ferreira Nunes da Silva<sup>3</sup>

Simone Maria da Silva<sup>4</sup>

Wendel Kelvin Pereira Batista<sup>5</sup>

## **1. Introdução**

A baixa representatividade feminina nos cargos de liderança sempre foram perceptíveis nas organizações privadas. Quando se trata de gestão pública, o problema se assemelha, já que poucas mulheres conseguem ocupar cargos de direção e chefia.

Segundo Cavalcanti & Oliveira (2017), as desigualdades socioculturais entre homens e mulheres, construídas historicamente, geraram uma relação baseada na hierarquia, discriminação, subordinação e abuso de poder.

A cultura patriarcal e machista tem conduzido, até os dias atuais, as escolhas dos papéis exercidos por ambos os sexos, influenciando diretamente nas indicações e nomeações aos cargos de gestão.

Na região da zona da mata sul de Pernambuco, região formada por 24 (vinte e quatro) municípios, conforme IBGE (2010), onde sempre predominou a economia canavieira, permanece uma estrutura de divisão de tarefas relacionados ao gênero. Mas e na administração pública desta região, como tem se apresentado a representatividade das lideranças? As mulheres têm ocupado espaços públicos de poder, cargos de chefia e direção? E quando os ocupa, como tem se caracterizado?

---

<sup>1</sup> Bacharelado do Curso de Administração pela FACIP. Email: bruno13042000@gmail.com

<sup>2</sup> Bacharelada do Curso de Administração pela FACIP. Email: estefannyfreitas045@gmail.com

<sup>3</sup> Bacharelada do Curso de Administração pela FACIP. Email: ewelinyferreira24@gmail.com

<sup>4</sup> Bacharelada do Curso de Administração pela FACIP. Email: simoneformula13@gmail.com

<sup>5</sup> Bacharelado do Curso de Administração pela FACIP. Email: wendelkelvin17@gmail.com

O presente artigo se propõe a fazer esta análise, através de pesquisas doutrinárias e dados estatísticos coletados entre os meses de junho a setembro de 2022, nas principais cidades da mata sul pernambucana, trazendo fundamentação para esclarecer tais questionamentos.

Para tanto, este artigo encontra-se estruturado nas seguintes partes: introdução, justificativa, objetivos gerais e específicos, revisão literária, recursos utilizados, metodologia e, por fim, as considerações finais do estudo.

## **2. Justificativa**

A presente pesquisa tem elevada relevância social e enriquece a produção do conhecimento científico ao utilizar-se de dados recentes, que demonstram, em tempo real, a situação das mulheres gestoras na Mata Sul e de que forma as questões de gênero interferem em suas nomeações.

Analisar o papel das mulheres nos setores públicos é de extrema importância para a reflexão e condução a uma mudança social, em busca de um reconhecimento da capacidade feminina em ocupar as variadas carreiras e formas de poder.

É essencial o incentivo à construção de novos olhares sobre o tema e a necessidade de ecoar o empoderamento feminino e a ruptura da desigualdade como longos caminhos em direção ao avanço e melhorias na administração pública.

## **3. Objetivos**

### **3.1 Objetivo geral**

Analisar a representatividade feminina nos principais cargos de gestão pública nos municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco no ano de 2022.

### **3.2 Objetivos específicos**

- Verificar a influência do gênero e da cultura histórico-patriarcal nas nomeações dos cargos de gestão pública;
- Descrever os principais desafios enfrentados e quais as conquistas das lideranças públicas femininas.

- Pesquisar o quantitativo de mulheres que ocupam os principais cargos de chefia na administração pública da mata sul pernambucana no ano de 2022;

#### **4. Revisão literária**

##### **4.1 Contexto histórico sobre a invisibilidade da mulher na sociedade**

Historicamente, o papel da mulher na sociedade sempre foi exposto as suas funções do lar, como mãe, cuidadora da família e educadora dos filhos. Enquanto isto, aos homens sempre coube o papel de trabalhar fora de casa, sendo provedor das despesas e o dominador.

O gênero pode ser definido como os papéis e estereótipos impostos aos homens e as mulheres na sociedade, construídos historicamente por influências patriarcais, políticas, religiosas, constatando-se que não existem naturalmente, e sim através de uma construção cultural, que privilegia os homens.

Saffiotti (2004) defende que a identidade social da mulher e do homem é construída historicamente através de distribuição de papéis, que definem o que é certo e errado para cada sexo, explicando inclusive o real significado do pensamento de Simone Beauvoir: “ninguém nasce mulher, com estereótipos femininos, torna-se mulher, pelo aprendizado cultural”.

Segundo Bourdieu (2014) há posições desiguais na sociedade que são repassadas de geração em geração e a dominação masculina confere ao homem a melhor parte quanto às atribuições de distintos papéis sociais. O autor defende que essa lógica de gênero é uma forma de violência simbólica que se utiliza de poder e dominação, e foi arraigada culturalmente, sendo vista como natural por muitos séculos, derivada de um contexto sociocultural, que aprova inclusive o uso da violência contra as mulheres e outros tipos de opressão para mantê-las submissas.

Buarque (2011) explica que como consequência dessa prática, durante muitos séculos, as mulheres não tiveram direito ao voto, ao estudo e ao trabalho remunerado, ou seja, à vida pública.

A história registrada sobre dominação masculina é notada desde os primeiros arquivos, como por exemplo, a bíblia sagrada, que até hoje é referência e possui um grande valor social e religioso, assim como também podemos encontrar em papiros e

imagens registradas através do tempo. Poucas são as citações históricas escritas por mulheres, estando em sua maioria sob a ótica masculina.

Segundo Azevedo (2016), a história sempre é relatada com o homem provedor do alimento e a mulher subjugada a posição de subserviente, e, nas poucas exceções, era dado pelo não papel ativo da figura masculina em relação as classes baixas ou era referente a mulheres de posses.

Conforme Silva:

[...] baseadas em causas universais, acerca das relações desiguais entre homens e mulheres, são reducionistas e insuficientes, pois ao desconsiderarem a pluralidade de tempos e complexidades nas relações entre o feminino e o masculino, naturalizam os chamados sistemas de dominação (SILVA, 2007, p. 236).

A roupagem que a sociedade impôs para a mulher de sexo frágil por séculos, levando essa cultura por gerações, torna-se ainda mais forte na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, formada por 24 municípios de acordo com o último censo demográfico (IBGE 2010), onde sua principal atividade econômica foi iniciada no período colonial, predominando o cultivo da cana de açúcar como poder central da economia. (EMBRAPA, 2012).

Nascimento (2017) explica que as cidades da Zona da Mata Sul Pernambucana nasceram ao redor dos grandes engenhos e usinas de cana de açúcar, sendo marcada pelo patriarcado, ou seja, predomina o masculino, concretizando-se através das relações de poder dos homens sobre as mulheres nos espaços públicos e nos ambientes domésticos.

Naquele período colonial, a imagem que os senhores de engenho transmitiam para a sociedade era da mulher que apenas deveria cuidar, tornando-se mais forte na educação interna das meninas, os ofícios que lhe era destinado a fazer, sempre relacionada a zelar pelo bem-estar da família e geradora de descendentes. Algo que fosse contra essa ideia, era rapidamente repreendida e ajustada ao formato que a cultura dominante imponha para a mulher.

Sem perspectiva de uma vida diferente do que foi posta pelo parentesco ancestral feminino, era mantida a posição da mulher servidora do lar, sem voz, enquanto a figura masculina era mantida ativa na sociedade ditando o ritmo e percurso

no qual toda a sociedade iria trilhar, dando ênfase apenas no tom patriarcal. O conjunto desses fatores obrigava a mulher a manter uma posição heterogênea na sua linhagem progenitora.

#### **4.2 O feminismo e a luta por direitos iguais**

Para mudar o cenário de desconformidade da mulher e apontar o seu verdadeiro lugar na sociedade, muitas batalhas foram travadas.

A situação de invisibilidade da mulher passa a ser alterada quando se inicia a ação política de mulheres organizadas em movimentos feministas, em favor da transformação das relações desiguais de poder entre os sexos, e exigiram o reconhecimento dos direitos das mulheres de serem donas de suas próprias vidas, assim como leis igualitárias para mulheres e homens. (Buarque, 2011).

Lisboa (2014) explica que as feministas passaram a sugerir estratégias de intervenção contra a desigualdade, visando desconstruir essa estrutura de poder e que se adotasse uma perspectiva de gênero nas formas de agir e pensar, buscando a reconstrução de uma humanidade diversa e democrática.

Os diversos movimentos feministas passaram a denunciar o espaço doméstico como fonte de violências, frustrações e sofrimentos.

Vigano & Laffin (2019) relatam sobre a pressão que os movimentos feministas fizeram ao Estado para que este implantasse políticas públicas de acolhimento e atendimento das mulheres, através de ações afirmativas em diversos espaços sociais, como escola, moradia e trabalho. As autoras acreditam que essa forte atuação dos movimentos feministas gerou transformações sociais, principalmente em direitos e no entendimento dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres. A partir das lutas feministas, surgiram instrumentos internacionais, conferências, criação de conselhos de direitos da mulher e planos de políticas para as mulheres.

Segundo Buarque (2011), o primeiro marco legal da igualdade de direitos no Brasil foi o direito ao voto, em 1932. Posteriormente, o movimento feminista voltou a atuar fortemente nos anos de 1960, no período da ditadura militar. A autora explica que em 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que coordenou os movimentos organizados de mulheres durante a sua mobilização em todo o processo da Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987. Este fato contribuiu fortemente para a Constituição

Federal de 1988 ter expressado formalmente a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações (art. 5º, I), e, também, a inclusão do art. 226, inciso 8º, em que o Estado se compromete com as questões de violências contra as mulheres. Posteriormente, várias leis foram sendo sancionadas em defesa das mulheres, como, por exemplo, em 2006 foi criada a Lei Maria da penha, em combate à violência de gênero; em 2015, foi sancionada a lei do Femicídio; no ano de 2018, a importunação sexual feminina passou a ser configurada crime. (Futura, 2021).

A igualdade de direitos formal foi em parte realizada, porém, não era suficiente para assegurar às mulheres direitos iguais na vida real, levando-se ainda em conta os problemas surgidos com a participação cada vez maior das mulheres na produção social (MONTENEGRO, 1981).

O feminismo pressionou pela ruptura da desigualdade e a forma que a sociedade pensa, com suas lutas pelo direito ao voto, pelo direito à educação, a exigência por direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, direito das mulheres à integridade física e ao controle de sua capacidade reprodutiva, mas há outros direitos a serem conquistados, assim como a necessidade de afastar o machismo e a discriminação.

Rocha (2013) traz a concepção de que a questão da igualdade se trata simplesmente de demonstrar que pessoas fisiologicamente diferentes, em muitas circunstâncias, têm as mesmas capacidades.

#### **4.3 Inclusão das mulheres na Administração Pública: evolução e dificuldades**

A transformação do cenário feminino passou por muitos pontos cruciais, e diversas dificuldades surgiram para inseri-la ao mercado de trabalho, seja nas organizações privadas ou públicas.

No Brasil, a discriminação sexual nas organizações públicas entrou em pauta em meados de 1910, para professoras e mulheres de funcionários públicos, que fundaram o Partido Republicano Feminino. Aproximadamente uma década mais tarde, em 1920, as mulheres começaram a ocupar cargos importantes no setor público, por meio de concursos abertos, nos quais elas tinham que recorrer à justiça para poderem se candidatar (BARROSO, 2016).

Ao ocupar um cargo público, seja por nomeação política, por eleição ou por concurso público, as mulheres enfrentam a violência política de gênero, em suas diversas formas, como física, psicológica, patrimonial, moral ou sexual com a finalidade de impedir ou restringir o seu acesso e exercício nas funções públicas, ou até mesmo induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade.

Segundo o TSE (2022), o número de eleitoras ultrapassou o de eleitores, onde dos 156.454.011 aptos a votar no pleito, 82.373.065 são do gênero feminino e 74.044.065 do masculino. O número de eleitoras representa 52,65 % dos eleitorados, enquanto os homens equivalem a 47,33 %. Entretanto, apesar disto, o número de mulheres eleitas ainda é muito menor que os dos homens.

Botelho e Scherer (2016), evidenciam que embora a participação das mulheres em cargos políticos venha aumentando ao longo dos anos, elas ainda estão sendo sub-representadas em comparativo ao número de homens que ocupam os mesmos cargo.

Miguel e Biroli (2014) destacam que o estereótipo atual de que a mulher é desinteressada na política, precisa considerar que o tempo semanal dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico é 150% maior que o dedicado pelos homens, assim essas desigualdades precisam ser levadas em conta para compreender porque elas continuam sub-representadas como grupo, em todos os âmbitos da política brasileira.

Outro ponto a ser analisado são os cargos públicos ocupados através de concurso público, onde alguns deles são vistos, ainda em pleno século XXI, como masculinos. Um grande exemplo é a segurança pública, onde é raro se ver uma mulher nessa área de atuação, e também existe um grande preconceito da parte da população, com um olhar de que a mulher não tem certa capacidade de ocupar aquele cargo.

Atualmente, a visão da sociedade em ver uma mulher trabalhando na polícia ou na segurança tem se tornado mais acessível, e, um grande exemplo são as inscrições para concursos, onde antigamente era majoritariamente feito por homens, hoje houve mudanças, onde o número de mulheres inscritas tem aumentado.

Em 2021, foi aprovado um projeto de lei nº 2069/2021 autorizando a reserva de 20% das vagas para mulheres nos concursos da polícia militar, civil e penal de Pernambuco, criando, através destas ações afirmativas, um incentivo a ocupação de tais cargos pelo público feminino.

#### **4.4 Ocupação de cargos de gestão pública por mulheres**

A partir das transformações sociais e legais, a representatividade feminina em órgãos do governo passa a impulsionar pautas do interesse das mulheres.

Conforme Couto (2012), a política era um espaço quase que exclusivamente masculino, o que se somou ao atraso na concessão dos direitos políticos das mulheres.

No mesmo sentido, Miguel e Biroli (2014) entendem que a decisão sobre leis e políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje, e como em toda história, por homens, justamente pelo número reduzido de mulheres em cargos públicos e políticos.

Silva (2017) destaca que as mulheres possuem muitas características do perfil de um líder, como fácil relacionamento, comunicação, e poder de negociação. Tais características levam a necessidade de ser avaliado o motivo de haver um número reduzido de mulheres em cargos de liderança no setor público, tanto no âmbito nacional, como no municipal.

As mulheres vêm ocupando cada vez mais seu espaço no serviço público, mas quanto maior é o poder de decisão do cargo, menor a participação feminina.

No entendimento de Miguel e Biroli (2014), as barreiras legais foram abolidas, mas os impedimentos e desafios da mulher ingressar na seara política (ser eleita) e nos cargos de gestão pública (nomeados) continuam em vigor.

#### **5. Recursos e métodos**

Esta pesquisa se caracteriza como de natureza qualitativa-quantitativa, na qual buscou compreender como está atualmente a representatividade feminina nos cargos de gestão pública na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, neste trabalho utilizou-se de revisão bibliográfica, levantamento de dados estatísticos, através de consultas às prefeituras dos 24 Municípios que formam a região da Zona da Mata Sul pernambucana, como técnica principal de coleta de dados, as quais constituem rica fonte de informações.

Segundo Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais

ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Quanto aos seus objetivos, é classificada como descritiva explicativa, para que possa ser estabelecida uma relação entre os problemas identificados, com finalidade de sugerir possíveis soluções.

O estudo foi desenvolvido ao longo das seguintes fases: a) especificação dos objetivos; b) pesquisas bibliográficas sobre o tema; c) seleção de citações relevantes; d) coleta e verificação de dados estatísticos; e) análise e interpretação da bibliografia e dados coletados; f) apresentação dos resultados.

## 6. Resultados

A partir da revisão bibliográfica realizada pelo estudo de diversos autores, verificou-se que é unânime o entendimento de que as desigualdades e preconceitos enfrentados pelas mulheres têm origem histórico-cultural, a partir da formação patriarcal, tendo sido repassada de geração em geração uma ideia erroneamente construída de que os homens são superiores às mulheres e têm poder sobre elas, não tendo estas a mesma capacidade de serem gestoras públicas na visão machista.

Com relação aos cargos tidos como masculinizados, como os da área de segurança pública, em Pernambuco existe atualmente só 12% (doze por cento) de mulheres policiais enquanto de homens são 88% (oitenta e oito por cento), conforme figura 1:

**Figura 1.** Quantidade de policiais mulheres e homens em Pernambuco.

Policiais entre praças e oficiais no estado	
Mulheres	46.180
Homens	357.501

Fonte: Direção concursos. 2022

Essa diferença ao longo do tempo possui tendências a mudanças, com mulheres fazendo concursos e em cargos que era exclusivo para os homens, mesmo com tanta indiferença predominante na sociedade.

As mulheres estão ganhando espaço, entretanto, mesmo quando passam em concursos na área de segurança pública, a colocam na parte administrativa, como se não tivessem competência para agirem no trabalho ostensivo, nas ruas.

Na política, fora feito uma pesquisa sobre a representativa feminina nas câmaras de vereadores das principais cidades da Mata Sul, conforme figura 2:

**Figura 2. Comparativo entre homens e mulheres no Poder Legislativo da Mata Sul 2022**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>VEREADORES ELEITOS</b>	<b>VEREADORAS ELEITAS</b>
Água Preta	12	1
Xexéu	8	1
Palmares	14	1
Joaquim Nabuco	7	4
Cortês	7	2
Belém de Maria	7	2
Jaqueira	8	1
Maraial	8	1
Catende	13	0
Jaqueira	8	1

Fonte: Elaborado pelos autores através de dados coletados nas Câmaras de Vereadores dos respectivos Municípios

Verifica-se que a presença feminina no Poder Legislativo é tímida e se mantém inalterada mesmo depois da aprovação da Lei Eleitoral 9.100, promulgada em 1995, segundo a qual, 20% dos postos deveriam ser ocupados pelas mulheres. Em 1997, foi alterada para o mínimo de 30%. Em 2010, o TSE promoveu uma reforma na lei, tornando obrigatória a proporção mínima de 30% de participação das mulheres, mas os partidos políticos alegam dificuldades em atrair as mulheres para seus quadros.

Com relação a liderança feminina, é de extrema importância a participação das mulheres em altos cargos de poder, pois um país que exclui a contribuição e potencial de grande parte da população que o constitui, não pode ser considerado totalmente democrático.

Apesar de várias lutas e conquistas o acesso de mulheres a cargos de poder ainda não é um fato. Em pesquisa nas 24 cidades da Zona Mata Sul, constatou-se que poucas Secretarias Municipais possuem mulheres na liderança:

**Figura 3. Secretarias Municipais lideradas por mulheres**

MUNICÍPIOS	Nº DE SECRETARIAS	Nº DE MULHERES
Água Preta	10	3
Amaraji	9	4
Barreiros	10	2
Belém de Maria	11	3
Catende	11	1
Chã Grande	9	1
Cortês	9	3
Escada	10	5
Gameleira	10	5
Jaqueira	12	5
Joaquim Nabuco	14	3
Maraial	9	3
Palmares	11	3
Pombos	11	5
Primavera	11	5
Quipapá	9	0
Ribeirão	12	4
Rio Formoso	10	4
Sirinhaém	10	3
São Benedito do Sul	12	4
São José da Coroa Grande	11	4
Tamandaré	9	4
Vitória de Santo Antão	18	3
Xexéu	16	4
Total	264	81

Fonte: Elaborada pelos autores através de dados coletados nas Prefeituras Municipais

Na mata sul, há 264 secretárias distribuídas em 24 municípios, onde apenas 81 das vagas são ocupadas por mulheres, o equivale a aproximadamente 30,68%. Portanto, observa-se que, embora sejam mais da metade da população brasileira, as

mulheres ainda enfrentam obstáculos para ocupar posições de comando no setor público.

Outra característica perceptível nas pesquisas, é que as poucas secretarias municipais lideradas por mulheres, são predominantemente nas mesmas pastas: secretaria da mulher, educação e assistência social. Tal informação vem corroborar com a ideia de que, até os dias atuais, permanece o entendimento cultural de que as mulheres só podem ocupar as funções relacionadas a cuidar de outros, educar, assuntos de moradia, assuntos direcionados como papel social feminino.

Esses dados demonstram que na Mata Sul pernambucana, o poder ainda é predominantemente masculino. Poucas são as mulheres que exercem cargos de liderança, tanto nas secretarias municipais, quanto nos cargos legislativos.

## **7. Conclusão**

Após as pesquisas e análise de dados estatísticos, percebe-se que a participação das mulheres da Zona da Mata Sul de Pernambuco em cargos de poder ainda é baixa.

O crescimento econômico de uma sociedade só acontece quando essa sociedade concretiza a igualdade como fator de desenvolvimento, sendo injustificável que as mulheres ainda estejam afastadas das decisões políticas, e ocupando sempre as mesmas pastas, como se não tivesse capacidade intelectual de atuar em todas as outras.

Independente das formas de ingresso destas mulheres em seus cargos, seja por indicação ou votação, as mesmas enfrentam alguns desafios como o preconceito, o julgamento popular, e a cobrança pela dupla jornada de trabalho. Para permanecer neles, também enfrentam desafios maiores, com constantes tentativas de constrangimento e violência, com o intuito de que ela deixe seu cargo.

A mulher tem um perfil bastante singular, uma maneira de gerir diferente, porém muitas vezes o preconceito e a falta de reconhecimento de suas capacidades tornam-se obstáculos significativos.

Um fator que poderia auxiliar no aumento da participação feminina nos cargos de poder é a ruptura da herança cultural do desinteresse político feminino e acreditar no seu potencial, ter consciência do que quer e a lutar por isso. Ao mesmo tempo, incentivar os prefeitos a acreditar no potencial feminino e colocar mais mulheres a frente das secretarias municipais.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BARROSO, Carmen. As mulheres nos altos escalões da administração pública no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 1, n. 66, p.145-160, 2016. RSP Revisitada.
- BOTELHO, Louise Roedel de Lira; SCHERER, Luciana. Mulheres no comando da gestão pública municipal na região das Missões, 2016. VIII Simpósio Iberoamericano em comércio internacional, Desenvolvimento e integração regional. Disponível em: . Acesso em: 10 de agosto de 2022.
- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2014.
- BUARQUE, C.; LOPES, F.; MEIRA, F.; PONTES, G.; SARAIVA, J.; LIBARDONI, M. Das Lutas à Lei: Uma contribuição das mulheres à erradicação da violência. Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2011.
- CAVALCANTI, E.; OLIVEIRA, R. Políticas públicas de combate à violência de gênero: a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Cajazeiras, v. 2, n. 2, 192-206, jun/dez. de 2017.
- COUTO, Priscilla Alves Juvino. Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes. 2012. Monografia (Especialização) - Curso de Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012. Disponível em:
- EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br> acessado em 18/09/2022
- GIL, A. C. G. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- LISBOA, T. K. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do serviço social. Revista Temporais. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014
- MONTENEGRO, Ana. Ser ou não ser feminista. Recife: Editora Guararapes, 1981
- NASCIMENTO, Eliane. Cirandas feministas na Zona da Mata Sul: Uma luta em movimento. SOS Corpo: Recife, 2017.
- ROCHA, João Maria da Silva. A participação das mulheres na administração das empresas: “O Teto De Vidro”. 2013.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004

SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, jan./jul. 2007.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <https://www.tse.jus.br> acessado em 18/09/2022

VIGANO, S. M. M; LAFFIN, M.H.L.F. Mulheres, políticas públicas e combate a violência de gênero. Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço. Revista História São Paulo, V.38. São Paulo: Unesp, 2019.